

ARQUEOLOGIA, PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E MUSEUS DE ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL: REALIDADE E POTENCIAL.

Virgílio Hipólito Correia

(Museu Monográfico de Conimbriga, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos UC¹).

Comunicação apresentada ao Colóquio Internacional “Património cultural e museus em Portugal e no Brasil: democracia, desenvolvimento e conhecimento”, realizado no Museu de Ciência da Universidade de Coimbra de 24 a 26 de Maio de 2017. Organização: DHEAA/FLUC, DCT/FCTUC, CEIS20/UC, MC/UC, UFBA.

Resumo

Aborda-se de forma crítica o panorama nacional português no que diz respeito: i) à investigação científica em Arqueologia, quer na sua vertente comercial, de minoração dos impactos de obras públicas e projetos de desenvolvimento, quer na sua vertente mais exclusivamente académica; ii) à política de salvaguarda e valorização desse património e iii) à estruturação de uma rede de museus de Arqueologia no país.

Por outro lado, a partir do caso de estudo de Conimbriga e baseado em dados recolhidos por projetos de investigação recentes, é avaliado o potencial social e económico que a intervenção do Património Arqueológico pode ter.

Conclui-se pela necessidade de estudar, fundamentar e propor, ao nível adequado, o desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas capazes de transformar de forma sustentável o recurso patrimonial existente em ativo cultural disponível às populações permanentes e flutuantes que dele podem usufruir.

Palavras-chave: Arqueologia, Património, Museus, Desenvolvimento

Abstract

The Portuguese national panorama is critically approached as regards: i) scientific research in archeology, both in its commercial aspect, in the remedy of the impact of public works and development projects, and in its more exclusively academic aspect; ii) the policy of safeguarding and enhancing the archaeological heritage; and iii) the structuring of a network of archaeological museums in the country.

On the other hand, based the case study of Conimbriga and on data collected by recent research projects, the social and economic development potential that the intervention of the Archaeological Heritage can provide is assessed.

One concludes that there is a need to study, substantiate and propose, at the appropriate level, the development of a set of public policies capable of sustainably transforming the existing patrimonial resource into a cultural asset available to the permanent and non-permanent populations that can enjoy it.

Keywords: Archeology, Heritage, Museums, Development

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto UID/ELT/00196/2013, financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

1 Políticas públicas da Arqueologia em Portugal

A expressão “Políticas públicas da Arqueologia em Portugal” não corresponde a qualquer instrumento institucional público conhecido. Com efeito, não existe, da parte do Estado Português, a definição clara em sede própria de um conjunto de preceitos e orientações regulando, em primeira linha, a atividade do Estado (e, por arrasto, a das restantes entidades) no exercício da Arqueologia.

Existe, obviamente, um conjunto de instrumentos legais (Lei-quadro do Património; competências das Direções Gerais e Regionais dependentes do Ministério da Cultura; Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos) que prescrevem ações, definem agentes e enquadram medidas, mas tal não chega a corporizar uma “política pública” digna do nome nas melhores aceções (Bucci 2006, 241).

Em 1997 a criação do Instituto Português de Arqueologia abriu uma janela de oportunidades nesse sentido, mas o modelo de estilização das responsabilidades político-administrativas no Património Cultural por vários Institutos Públicos (Museus, Conservação e Restauro, Património Arquitetónico, Arqueologia, a que se somava a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais no Ministério das Obras Públicas) provou a sua ineficácia na hora de assegurar a colaboração entre os vários setores de atividade. Infelizmente, tão pouco a concentração administrativa, culminada em 2012 com a criação da DGPC, assegurou efetivamente essa colaboração, e a Arqueologia foi sempre parte perdente nos processos.

Mas o IPA, no contexto da aprovação da Lei-quadro do Património Cultural, foi instrumental na consagração do princípio da “conservação pelo registo” em matéria de Património Arqueológico, que foi e é um instrumento essencial na configuração da situação atual.

Nesta, a preponderância da arqueologia comercial (na minoração de impactos de obras públicas e ligada às operações de reabilitação urbana) é decisiva e muito pouca investigação se faz fora do seu âmbito, à exceção (modesta) de alguns projetos de valorização de sítios.

Isto redundava na desvalorização da investigação científica “pura”, que se manifesta de várias formas, em parte concomitantes: os projetos de investigação dirigidos à resolução autónoma de problemas histórico-arqueológicos são remetidos aos programas nacionais de financiamento da investigação científica (através da FCT), onde os financiamentos são notoriamente escassos; não existem, via de regra, mecanismos operativos de colaboração entre as estruturas académicas e as estruturas comerciais no sentido de estudar e divulgar o Património intervencionado (mas, felizmente, com exceções importantes); há uma deriva grave da investigação conduzida em contexto comercial para abandonar as vertentes propriamente interpretativas dos projetos, frequentemente reduzidas, do ponto de vista teórico, a um positivismo despido de raciocínios (como foi observado, já há uma década, por A. Valera [2007, 75-82]).

1.1 Património Arqueológico: tutelas e valorização

Esta situação potencia o papel dos Museus de Arqueologia como principais motores do avanço e registo do conhecimento científico, interlocutores privilegiados entre os vários atores, garantes da continuidade dos projetos de investigação (de largo fôlego e alcance

temporal, na aceção de Imre Lakatos [1998, 11-20; 1999, 54-103], não no conceito corrente da lógica administrativa).

E é precisamente neste ponto que se revela a gravidade dos desequilíbrios organizacionais nacionais que subsistem, como a dissociação operativa existente na DGPC (na sequência das entidades que a antecederam) no que diz respeito à atitude relativa aos materiais documentais depositados no Arquivo Nacional de Arqueologia (Relatórios de escavação), que se caracteriza pela exigência (Bugalhão 2015, 44-48), e pela situação dos espólios arqueológicos que se caracteriza pela completa negligência (Correia 2012a, Silva 2016).

Um outro elemento problemático é o do papel das autarquias municipais, hoje principal instância de gestão territorial, nesta matéria. Apesar dos muitos exemplos de boas práticas (Almeida e Carvalho 2011, *passim*), o seu impacto no território nacional é ainda minoritário, concentrado nalguns grandes centros ou locais de maior relevância patrimonial; o desajuste entre a escala municipal e as áreas geográficas significativas onde os projetos de investigação têm de se desenvolver é significativo, dada a pequena dimensão das circunscrições autárquicas em muitos casos; e a nível local também existem dissociações funcionais e operativas entre Museus e Arqueologia, muitas vezes causadas por dificuldades infraestruturais de museus pequenos, sub-dimensionados em função de programas museológicos de pequeno fôlego.

Para providenciar, senão remédios, pelo menos linhas de trabalho nesta situação estaria a Rede Portuguesa de Museus (Camacho 2002, 7-15; Raposo 2002, 91-108), mas a rede perdeu importância aos olhos de sucessivos responsáveis políticos e viu diminuída a sua capacidade de intervenção até aos limites da irrelevância.

Isto foi especialmente visível na confusão, instalada nalgum discurso político e depois mesmo administrativo, entre Rede Portuguesa de Museus (a estrutura colaborativa horizontal não-hierárquica, dinamizada pelo IPM a partir de 2000) e uma rede nacional de museus (expressão utilizada por responsáveis para se referirem ao conjunto dos Museus dependentes do Ministério da Cultura).

Ora esta última, gravemente afetada por um programa desenhado em 2010 (“Museus para o século XXI”), ativamente implementado a partir de 2012, que reduziu o estatuto dos Museus e transferiu alguns para os municípios respetivos (Correia 2012b, 157-159) conta hoje, apenas, com quatro museus de arqueologia: o Museu Nacional de Arqueologia; o Museu Regional D. Diogo de Sousa, em Braga; o Museu do Côa e o Museu Monográfico de Conimbriga.

É pouco para um país como Portugal, é geograficamente desequilibrado, não é homogéneo institucionalmente (dois museus da DGPC, um de uma Direção Regional de Cultura e outro de uma Fundação) e nem vale a pena desfiar muito as contas do rosário das dificuldades. Assinale-se apenas que o Museu Nacional, que desmontou em tempos a sua exposição permanente, tem atualmente uma mesma exposição “temporária” instalada há já quinze anos (!!), enquanto um destino definitivo para a própria localização do Museu, polémica recorrente de tempos a tempos, não tem sequer processo de tomada de decisão à vista.

O que devia ser o coroamento do Património Arqueológico de Portugal, que conta com ativos como a Arte Paleolítica do Côa, dos melhores exemplos europeus de monumentos megalíticos; conjuntos com a originalidade da Cultura Castreja do Noroeste e um notabilíssimo

conjunto de cidades e *villas* romanas; tudo enquadrado por paisagens culturais excepcionalmente preservadas – recorde-se a paisagem mineira de Trêsmas ou a paisagem industrial de Tróia – é epitome do “provisório-definitivo”. A falta de iniciativa no resto ainda indigna, mas já não surpreende.

E a situação não ocorre por falta de capacidade técnico-científica instalada para conceptualizar o que há a fazer.

Disse-o Adília Alarcão (1987, 11), uma geração atrás:

- “Os monumentos arqueológicos que, pelo seu mau estado de conservação, menor significado, isolamento ou especial natureza, não entrem n[um] programa de valorização, devem ser de novo cobertos, após rigorosos registos; pelo contrário, nos que forem selecionados para fins pedagógicos e/ou turísticos, deve investir-se a fundo, quer em aspetos de investigação quer em aspetos de valorização”.

O que uma geração atrás não se poderia suspeitar, e hoje é manifesto, é que se pode agora contar com um vibrante panorama empresarial, capaz (como se vê em tantas operações de sucesso) de implementar projetos de excepcional qualidade, enquanto as Universidades vão, a bom ritmo, formando técnicos, gestores e investigadores aos melhores níveis mundiais.

2 O caso de estudo de Conimbriga

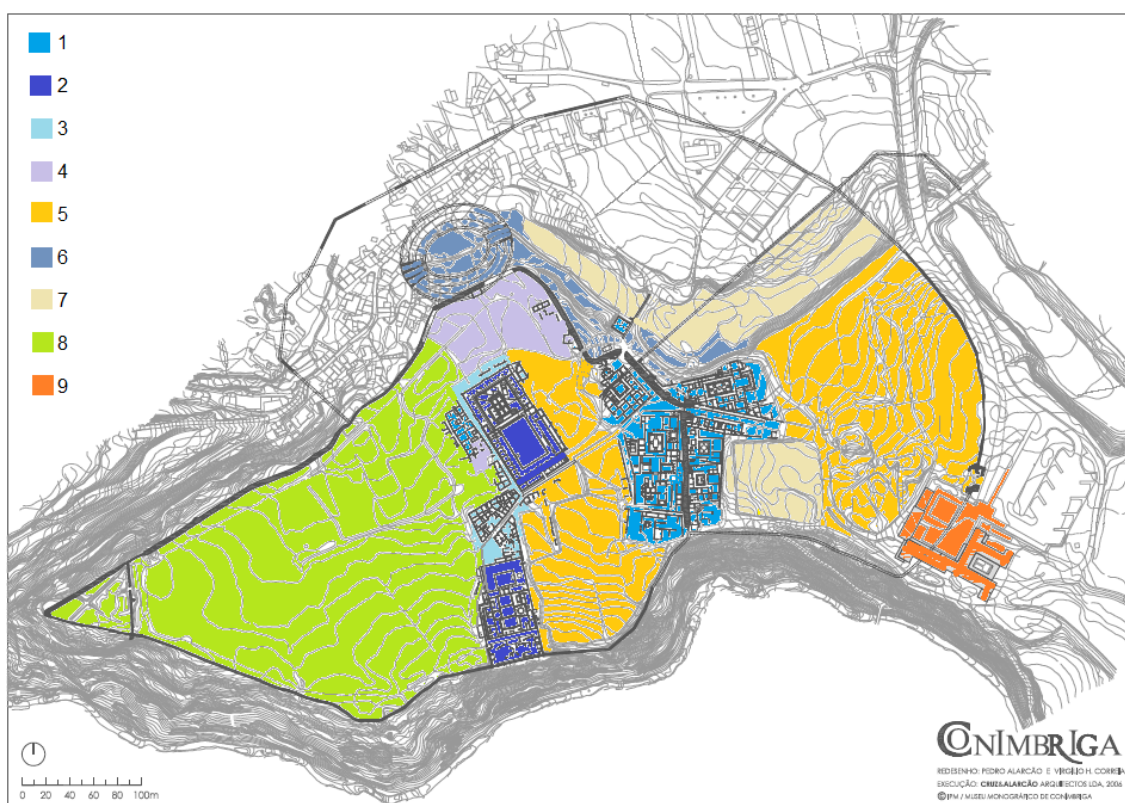


Figura 1 – O sítio arqueológico de Conimbriga na atualidade (segundo Alarcão e Correia 2004, 124, modificado): 1 – Área escavada e aberta ao público (1930-1953); 2 – Escavações luso-francesas (1964-1971) e Projeto de Valorização dos Monumentos (Alarcão 2006); 3 – Escavações luso-francesas (1964-1971) aberto ao público em 2006; 4 – Escavações MMC 1992-2017 (Ruivo e Correia n.p.) e futuras; 5 — Área de reserva arqueológica condicionada ao uso de superfície; 6 - Área em aquisição para integração no circuito de visita (Correia 2002); 7 – Área em aquisição para integração na reserva arqueológica condicionada ao uso de superfície (idem); 8 - Reserva arqueológica integral; 9 – Museu Monográfico; as áreas não assinaladas estão fora da propriedade do Estado, presente ou projetada.

Neste contexto, poderá ser útil olhar para um (o) caso de sucesso da valorização do Património Arqueológico (Correia 2002; Alarcão 2009; Correia e Ruivo 2015) e apreciar criticamente a sua posição enquanto instituição cultural (Alarcão e Correia 2004; Correia 2002), algo para o que se conta com dados relevantes e atualizados.

O que se tentará aqui apreciar é o resultado de um esforço mais que secular, iniciado entre 1873 e 1899 com a atividade do Instituto de Coimbra nas primeiras escavações da cidade. Esforço continuado, entre 1930 e 1944, com a extraordinária intervenção da Direção Geral dos Monumentos Nacionais que veio a culminar, a partir de 1953, nos restauros de mosaicos (elemento essencial na divulgação do sítio e no apreço que o público por ele desenvolveu), com o investimento em comunicação feito pelo SNI (sem o que o público seria de certeza qualitativa e quantitativamente diferente) e na criação do Museu Monográfico em 1962. A partir daí, as grandes escavações da equipa luso francesa (1964-1971), a remodelação do Museu Monográfico (1984) e o mais recente retomar da investigação arqueológica em colaboração com as universidades (1999-2017), produziram mais que um sítio arqueológico, mais que um monumento ou museu, um constructo multifacetado e pluri-funcional.

Sítio, Museu, Laboratório, Centro Cultural, solidamente ancorado no património arqueológico: o destino de Conimbriga é o destino desejável de todos os sítios arqueológicos, com as indispensáveis adaptações de escala. Olhar o resultado de século e meio de desenvolvimento deste caso de estudo é olhar o futuro a prazo das intervenções que agora se iniciem.

2.1 O público em geral

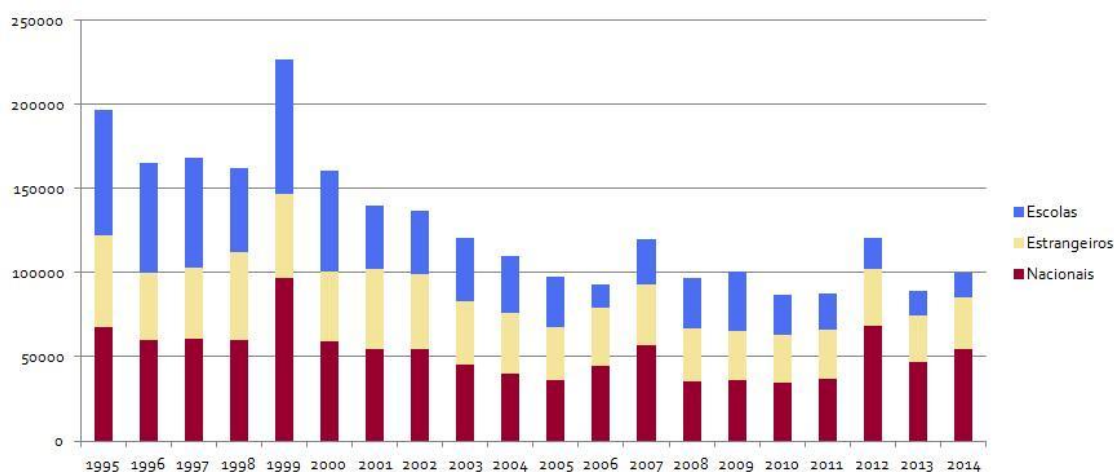


Figura 2 – Evolução quantitativa do público de Conimbriga (1991-2015; dados oficiais).

Conimbriga (Ruínas e Museu Monográfico) participou em 2015 no estudo de públicos de museus nacionais desenvolvido pela DGPC em colaboração com o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa. Os resultados globais, divulgados preliminarmente em Maio de 2016, são muito interessantes para caracterizar o público de Conimbriga, que nesse ano atingiu um total de 87659 visitantes (dados disponíveis em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/museus_e_monumentos/estatisticas_visitantes_dgpc_2015.pdf, em 2/10/2017).

O estudo específico do público de Conimbriga (Neves 2019) surgiu já depois de ser possível incorporar as ligeiras diferenças específicas na análise feita neste texto, mas assinala-se que, em nenhum vector, se verificou uma muito assinalável diferença relativamente ao público dos museus em geral. Como, no universo estudado, Conimbriga é *sui generis*, essa diferença podia esperar-se, mas não acontece. Isso poderá ser mote para uma análise diferencial que, no entanto, não pode ser aqui empreendida, e continuar-se-á com a análise do público em geral.

Cerca de metade deste público (47%, para ser exato) é de origem nacional, o restante estrangeiro (com 4% de estrangeiros residentes, o que autoriza a simplificação). Entre os nacionais, cerca de 60% dos visitantes provêm da Área Metropolitana de Lisboa, com o Norte e o Centro representados em cerca de 20%. A distribuição dos visitantes internacionais agrupa países pouco representados, como os Países Baixos; Alemanha, Reino Unido e Itália e também os EUA, com cerca de 5%; Espanha e Brasil com algo mais de 10%; e a França com cerca de 25% (o mesmo que todas as outras nacionalidades não especificadas reunidas).

O público nacional foi comparado com a composição populacional portuguesa (Censos de 2011) em dois aspetos, de onde se concluiu o seguinte: os visitantes sobre-representam a população nacional jovem e adulta, com um nítido pico para a faixa entre os 35 e os 44 anos de idade (17,8% da população nacional, 24,8% dos visitantes dos Museus) invertendo-se a situação a partir daí. Distorções mais sensíveis são identificáveis quanto à escolaridade: a população habilitada apenas com o ensino básico, 55,2% do total nacional, compõe apenas 7,2% dos visitantes dos museus, mas aquela habilitada com o ensino superior, que é apenas 18,1% do total, representa 67,6% dos visitantes.

Este aspeto de sobre-representação do público com mais escolaridade é acentuado ainda numa comparação entre o público nacional e o estrangeiro. Sendo a categoria dominante o nível bacharelato/licenciatura (41,7% dos nacionais, 36,4% dos estrangeiros), os níveis mestrado e doutoramento reunidos representam 26% dos nacionais, mas 42,1% dos estrangeiros.

Este público adulto e com alto nível de formação académica tem, naturalmente, uma atividade cultural significativa, onde é muito frequente a leitura, a fruição de espetáculos e a visita a monumentos e museus (só o ballet e a ópera tem uma frequência baixa e, ainda assim, acima de 30% dos visitantes) e, ainda que em 81% dos casos os visitantes sejam estreantes na visita do Museu em que foram inquiridos, 45% são visitantes assíduos (3 ou mais visitas nos últimos 12 meses).

É interessante observar que, com o tradicional boca-a-boca, são os modernos meios de comunicação e redes que mais informam os visitantes (o “turismo organizado” do roteiro, do guia ou da agência só é significativo para o público estrangeiro), que visitam de formas muito diversas (medidas pelo tempo, que oscila entre os 30 e os 120 minutos) os museus sobre que declaram o seu interesse (89%) ou especificamente sobre a exposição permanente (68%). A satisfação com a visita é muito elevada (no geral, 97% ficou satisfeito e 98% gostou do acolhimento pelos funcionários, 90% apreciou a arquitetura do edifício e 89% a exposição permanente). Só no que diz respeito à informação os graus de satisfação descem para faixas entre os 50 e os 70% e, no que diz respeito aos referidos meios de comunicação e redes para os 18-28%.

Quase metade do público satisfaz as suas expectativas e o museu corresponde ao que esperavam, e só 7% sai desiludido. 65% pretende regressar para ver novas exposições, com outras razões menos representadas.

Diga-se, para concretizar um aspeto significativo, que este inquérito vem na sequência de uma série de vinte anos de visitas em que, numa tendência decrescente dos volumes de público, em parte devido ao decréscimo das visitas escolares, Conimbriga teve uma média de cerca de 90000 visitantes/ano. O efeito da taxa de satisfação verificada sobre quase dois milhões de pessoas, ao longo de uma geração, não devendo ser menosprezado, necessita de mais e melhor exame.

2.2 A satisfação dos visitantes

Em 2016, o Museu Monográfico de Conimbriga participou no projeto “Sustainable Tourism and Cultural Heritage” conduzido a partir da Cátedra Santander da Universidade Complutense de Madrid, onde foi coordenado por Nuria Recuero Virto e Francis Blasco López, com a participação portuguesa da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Santarém, com a coordenação de José Figueiredo, que se destinava a avaliar, por um lado, a satisfação dos visitantes e, por outro, o papel do sítio/monumento/museu no conceito da população local.

Os inquéritos de satisfação tiveram um perfil idêntico à distribuição do público geral (469 entrevistas) e as respostas quanto à caracterização da amostra pouco divergem.

Foram avaliados 6 fatores distintos: o significado do sítio, o serviço prestado em geral, o seu valor percebido, a intenção de recomendar a visita, a satisfação com a visita e os comportamentos e atitudes.

O significado do sítio foi medido em dois aspetos: as dificuldades de acesso e o esforço despendido na visita, com quatro questões avaliando cada aspeto. No primeiro: “No geral, foi fácil encontrar Conimbriga?”, “Foi fácil e rápido estacionar nas proximidades?”, “Demorou pouco tempo a entrar?” e “As horas de abertura são convenientes?”. No segundo aspeto: “A duração da visita foi adequada?”, “A visita foi geralmente confortável?”, “Conimbriga oferece aos visitantes boas áreas de descanso?” e “Conimbriga é facilmente acessível para pessoas de idade ou com dificuldades motoras?”.

Numa escala de 1 a 10, e com a exceção da maior dificuldade dos visitantes estrangeiros encontrarem o sítio, sete das oito questões foram pontuadas acima de 8. O aspeto grave detetado é, indiscutivelmente, o da acessibilidade, pontuado em 5.8.

O serviço em geral foi medido em dois aspetos: a experiência e a qualidade, com seis questões avaliando cada aspeto. Quanto à experiência os visitantes atribuíram pontuações acima de 8 numa escala de 10 às questões sobre o interesse de Conimbriga do ponto de vista histórico, do interesse dos monumentos visíveis, na imersão no passado, nas aprendizagens conseguidas e no divertimento obtido; hesitaram apenas quanto à adequação da visita a crianças (7,1 dos nacionais e 6,4 dos estrangeiros). Quanto à qualidade, os visitantes pontuaram também sistematicamente acima de 8 em 10 os factos de o trajeto proposto estar adequadamente tratado, os monumentos serem adequadamente explicados, existirem bons serviços, como lavabos, cafetaria e loja, ser oferecida boa informação e os funcionários serem prestáveis. A hesitação (7 em 10) prende-se com o uso das novas tecnologias.

O valor percebido do sítio foi medido através de três questões: “Conimbriga faz esforços para garantir a minha lealdade?”, “Conimbriga diversifica os seus esforços para se

relacionar comigo?” e “Conimbriga importa-se com manter-me (como seu visitante)?”. As respostas oscilaram entre 7,1 e 8 (na mesma escala de 10).

Quanto às intenções de recomendar a visita, as respostas foram consistentemente entre 9,2 e 9,3 (em 10) quanto às questões: “Recomendaria Conimbriga a outras pessoas?”, “Dirá coisas positivas sobre Conimbriga a outras pessoas?” e “Encorajará amigos e familiares a visitar Conimbriga?”.

A avaliação da satisfação com a visita, medida com três questões sobre “A avaliação global da sua experiência”, “Quão memorável foi a sua experiência?” e “Quão agradável foi a sua experiência?”, foi consistentemente entre 8,7 e 8,8 (em 10).

Os comportamentos e atitudes foram questionados sobre se “Gostaria de visitar Conimbriga outra vez?”, “Gostaria de recomendar Conimbriga a amigos e familiares?” e “Estou disposto a visitar sítios semelhantes no futuro?”. À exceção da repetição da visita por visitantes estrangeiros (apenas 7,4) todas as respostas foram pontuadas acima de 8,4 (em 10).

As conclusões a retirar são, portanto, de que, com problemas concretos muito sérios (acessibilidades, utilização de tecnologias de comunicação) que diminuem a avaliação do valor percebido na visita, por prejudicarem a percepção que o visitante tem da atitude proactiva que o Património deve ter na busca da sua (dele visitante) satisfação, o sítio está a cumprir de forma adequada a sua missão. E não será incorreto fazer ressaltar o facto de que acessibilidades e tecnologias são aspetos emergentes da problemática mais geral das intervenções no Património, áreas, portanto, que devem ser hoje consideradas fundamentais nos aspetos de valorização a que A. Alarcão se referia (sem que nos anos 80 do século passado elas pudessem ser amplamente consciencializadas).

2.3 O conceito local

O mesmo estudo conduziu um inquérito entre os residentes nas imediações de Conimbriga acerca da forma como o sítio é entendido localmente.

Foram avaliados cinco fatores diferentes: a atitude dos residentes quanto à comunidade em geral; o envolvimento dos residentes na tomada de decisões locais (quanto ao turismo); os custos e benefícios do sítio, tal como são percebidos; os efeitos ambientais e socioeconómicos que são atribuídos à presença do sítio e o apoio que o desenvolvimento turístico recolhe.

Foram inquiridos 383 residentes dos concelhos de Condeixa-a-Nova e limítrofes, distribuídos proporcionalmente ao seu volume populacional (donde a maior parte da amostra ser de residentes de Coimbra). 59% dos respondentes eram mulheres, 57% tinham entre 20 e 49 anos de idade, 47% estavam empregados, 52% tinham estudado até ao ensino secundário ou menos, 53% visitaram Conimbriga entre 2 e 8 vezes na sua vida.

Às afirmações “Gosto da comunidade em que vivo”, “Sinto-me seguro aqui” e “Esta é uma boa comunidade”, que mediram a atitude dos residentes quanto à sua comunidade, as respostas foram de 8,7 (em 10). Mas a participação na vida da comunidade é desastrosa: “Participo em atividades relacionadas com o turismo sustentável” e “Estou envolvido no seu planeamento e gestão”, 4 (em 10); “Estou envolvido na tomada de decisões sobre o turismo sustentável”, 3 (em 10); “Concordo com investigação sobre a sustentabilidade desta comunidade”, 6 (em 10).

Os benefícios de Conimbriga para a comunidade foram apresentados como sendo de dez categorias diferentes: mais oportunidades de emprego; de comércio; de dispêndio pelos

visitantes; de negócios locais; de oportunidades empresariais no turismo e lazer; de melhoria das condições de acessibilidade; da preservação da cultura local; do desenvolvimento de novas atividades culturais pela população; de contactos culturais entre os locais e os visitantes e de uma maior identificação dos habitantes com a sua região. A média de respostas situou-se em 6,2 (em 10), sendo o fator da preservação da cultura local o mais evidenciado (7,4).

Os custos de Conimbriga foram apresentados em apenas três categorias: aumento de preços de bens e serviços; poluição ambiental e conflitos entre visitantes e habitantes. Por esta mesma ordem as respostas situaram em 5,3, 4,8 e 3,5 (em 10), com uma média de 4,5.

Os efeitos socioeconómicos e ambientais foram medidos desagregadamente. Quanto aos primeiros, os respondentes consideram que o turismo é um potencial económico grande (8,3), uma promessa de emprego (7,5), que já provocou melhorias a nível económico (7,6) e que a geração de rendimento e emprego resulta numa melhoria do nível de vida (7,5, sempre numa escala de 10). Quanto aos aspetos ambientais os respondentes consideram que o desenvolvimento do turismo eleva o nível de vida local (7,4), estão satisfeitas como o planeamento e gestão do turismo decorrem (6,4) e consideram que o turismo contribui para a proteção do ambiente em geral (6,6, tudo na mesma escala de 10).

A opinião dos respondentes sobre o desenvolvimento do turismo, é de que Conimbriga devia atrair mais turistas, tendo mais atrações baseadas na cultura, devia investir mais, nomeadamente através de taxas locais e que o desenvolvimento devia ser de vários tipos (média de 8,8 em 10). Nesse contexto cifra-se em 8,1 e 8 em 10, respetivamente, as afirmações de que “Falarei mais das atrações turísticas na minha região do que nas de outras regiões” e “Quando falo sobre as atrações turísticas da minha região, faço-o com grande pormenor”, ainda que só 7,4 em 10 “Só tenho boas coisas a dizer das atrações turísticas na minha região”.

2.4 A situação económico-financeira

Examinados estes dois elementos da triangulação em que Conimbriga se insere, público e comunidade local, resta examinar o terceiro: a tutela administrativa.

Instituição pública de uma Democracia e Estado de Direito, o Museu Monográfico de Conimbriga obedece naturalmente aos princípios legalmente estabelecidos e à direção superior daqueles habilitados a definir o interesse público, gozando de discricionariedade técnica na forma de implementar as orientações recebidas, que começam por ser definidas na missão estabelecida ao Museu: prosseguir a investigação arqueológica da cidade assegurando a sua fruição pelo público através da visita.

A *crux* do problema tem residido sempre no problema do financiamento, nas suas expressões concretas dos serviços oferecidos ao público e do pessoal disponível. Ora, um dos objetivos que tem sido estabelecido à tutela do Museu, a DGPC, no âmbito do QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação na Administração Pública (2017: disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/instrumentosdegestao_2017/quar_2017_a_provado_p_tutela.pdf) tem sido: “Aumentar a autonomia financeira da DGPC face ao total da despesa realizada”. Isto traduziu-se no estabelecimento de um objetivo (entre outros) às direções dos serviços dependentes, tais como Conimbriga, na melhoria do EBIDTA (“Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization”, traduzível em português por “Lucros

antes de impostos, juros, depreciação e amortização”), e que representa a soma de todas as despesas em que o serviço incorreu e todas as receitas que produziu num determinado ano.

O objetivo revelou-se problemático dada a rigidez de alguns custos (nomeadamente o pessoal, cerca de 90% da despesa) e a inexistente autonomia administrativa das direções, legalmente impedidas de intervir em aspetos essenciais da gestão.

Mas foi possível, nesse contexto, avaliar serenamente a situação financeira do Museu Monográfico e Ruínas de Conimbriga, isoladamente e em comparação com outros Museus dependentes do Ministério da Cultura.

Para isso o Doutor José da Silva Ruivo, atualmente diretor do Museu Monográfico de Conimbriga, e o autor destas linhas (que ocupava tal função nesse momento) prepararam e apresentaram ao Seminário Internacional “Patrimonio sostenible. Gestión de museos y yacimientos arqueológicos en Lusitania”, organizado pelo Museo Nacional de Arte Romano em Mérida em Março de 2016 a análise que aqui se publica pela primeira vez e que consistiu em comparar, entre os 19 museus e monumentos dependentes da DGPC, o rácio obtido do seu EBIDTA sobre o número global de visitantes.

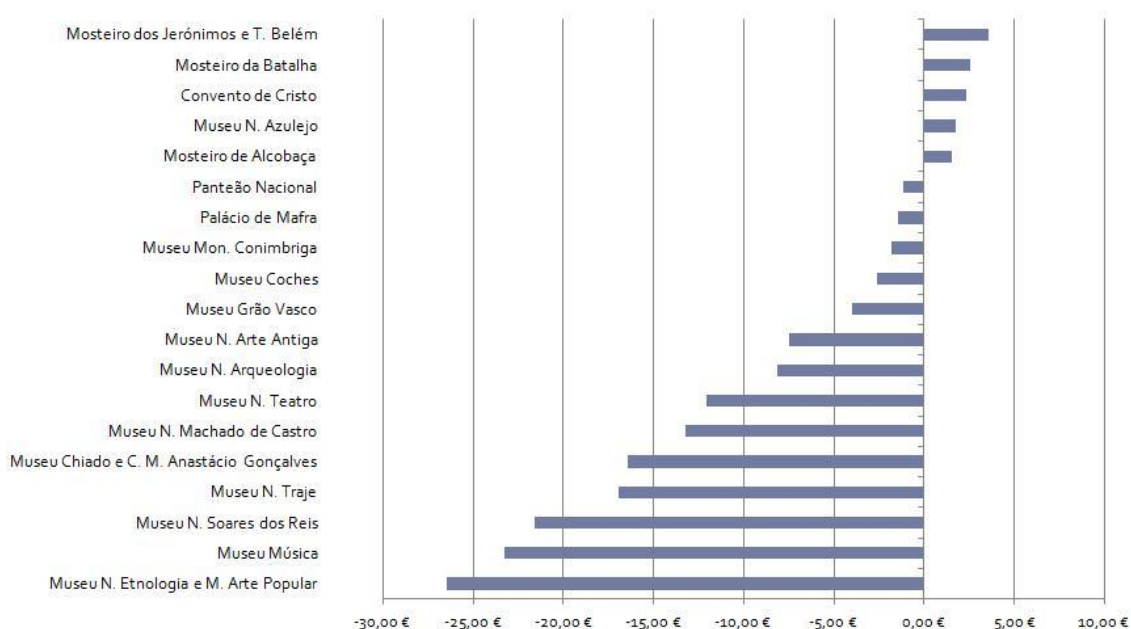


Figura 3 – Rácio EBIDTA/Visitantes nos museus e monumentos da DGPC em 2014 (Dados DGPC).

Este rácio representa o dispêndio que o Estado tem de fazer para prestar aos visitantes (individualmente considerados) o serviço consistindo na permissão da visita. Reputamo-lo não só essencial a uma avaliação ponderada das exigências a colocar aos Museus e Monumentos na hora de lhes traçar objetivos mas, a um nível mais geral e mais substantivo, sobre o que é e pode ou deve ser o compromisso do Estado com eles e com o público.

Verifica-se que os Mosteiros classificados como Património Cultural da Humanidade (Jerónimos, Batalha, Alcobaça e Convento de Cristo), bem como o Museu Nacional do Azulejo são “contribuintes líquidos” para autonomia financeira da tutela e, neles, cada visitante contribui com parte do seu dispêndio no bilhete para as tarefas de gestão e conservação do Património Nacional no seu conjunto.

Dois monumentos (Mafra e o Panteão Nacional) e três Museus (precisamente Conimbriga, o Museu dos Coches e o Museu Grão-Vasco, em Viseu), necessitam de um modesto aporte financeiro para prestarem o serviço público que lhes é exigido. Individualmente consideradas, cada visita feita a esses Museus ou Monumentos “custa” ao Estado menos de 5 euros.

Nos restantes nove Museus esse valor oscila entre cerca de 7 e cerca de 26 euros.

A situação depende, obviamente, de uma complexa permutação de fatores em que se incluem os volumes de público, por sua vez dependente da inserção dos Museus e Monumentos nos circuitos turísticos, e a infraestrutura dos próprios Museus, ditada por evoluções histórico-institucionais específicas e pelo conjunto de funções (não diretamente ligadas à abertura ao público) que lhes foram atribuídas ao longo do tempo.

Mas é sobretudo necessário afirmar que esta realidade do EBIDTA (tal como, em certa medida, o próprio volume de visitantes) é uma forma relativamente míope de abordar a questão, certamente muito importante do ponto de vista político-administrativo, não deixando esse de ser um ponto de vista respeitável, mas pouco eficaz como ferramenta analítica do papel do Património na economia.

Pode felizmente contar-se com análises de outro gabarito, nomeadamente os estudos da cadeia de valor do turismo que passa por Conimbriga, sensivelmente na mesma série estatística de vinte anos, que oferecem (Queirós 2016) uma outra leitura da realidade: o rendimento do turismo que passa por Conimbriga, medido em todas as suas externalidades, é de cerca de 7,7 milhões de euros/ano. Isto significa um impacto médio por visitante, de 85,5€ o que deve representar, em IVA liquidado, quase 20€, cerca de 10 vezes o que o Estado despende em Conimbriga para manter disponível à visita o Património.

Esta simplificação quase humorística não deve ser entendida como uma *boutade*. Trata-se, em primeiro lugar de uma análise económica feita por quem não é economista mas que, no seu exercício de técnico do património, não tem encontrado tal análise feita por quem terá competência para isso (Vicente 2009).

Trata-se também de mote a uma reflexão: porque há visitas? Porque há turismo? O que gera estes volumes económicos? Obviamente: o Património; ele, os Museus e os Monumentos, o seu enquadramento, está na base das cadeias de valor que se geram na atividade e, sem Património, não teríamos esse Turismo. Em suma, se nada houvesse para ver, não se viajaria; será portanto prudente pensar que, se fecharmos os Museus e os Monumentos para poupar nas despesas do seu funcionamento (assim equilibrando definitivamente o EBIDTA), arriscamos o fim dos fluxos turísticos.

3 Conclusão

Podemos portanto fazer, a partir do caso de estudo de Conimbriga, algumas constatações de senso comum, mas agora suportadas por alguma evidência.

O público do Património Cultural é predominantemente um público adulto, jovem, educado, culto e exigente que, por isso mesmo, é ao mesmo tempo facilmente satisfeito pela oferta que lhe é feita e agudamente sensível às falhas que deteta, em situações como as acessibilidades ou os meios de informação.

Esta caracterização do público contrasta nalguma medida com a da comunidade local que rodeia Conimbriga, que tem menor formação, não é particularmente ativa nestas matérias e que tem do equilíbrio de custos e benefícios do Património Cultural uma perceção apenas

marginalmente positiva. Isto não obsta a que seja também empenhada na sua divulgação e exigente quanto a ele.

É, demonstravelmente, possível proporcionar, com investimentos modestos e dentro dos limites racionais da sustentabilidade económico-financeira, a criação e desenvolvimento de sítios arqueológicos abertos ao público em condições de qualidade e conforto. Considerando a dispersão do Património Arqueológico em Portugal em zonas onde virtualmente não existem outras formas de Património Imóvel, a Arqueologia pode ser um vetor essencial de um desenvolvimento territorialmente harmonioso.

Conimbriga, sítio arqueológico visitável desde 1930, dotado de um Museu Monográfico desde 1962 é hoje um modelo possível de organização (Correia 2009), a nível local, dos núcleos patrimoniais de que a diversificação dos fluxos turísticos (única forma de assegurar a sua sustentabilidade futura a longo prazo) em absoluto necessita.

Mas a nível nacional, o extraordinário potencial disponível (Raposo 2001, id. 2016), só poderá vir a ser transformado verdadeiramente em produto turístico, educacional e patrimonial (económico e identitário) socialmente útil se, porventura, vier a desenvolver-se uma estrutura colaborativa, horizontal, não hierárquica, juntando centros de investigação, entidades de tutela, associações de interessados e amadores e empresas do ramo, uma “Rede Portuguesa de Arqueologia” que organicamente, de forma independente das correias de transmissão dos poderes políticos, discuta, proponha e promova aquilo que é manifestamente importante e necessário mas que, por vários condicionalismos, continua vítima da ditadura da mediocridade do possível.

Referências

- ALARCÃO, Adília M., 1987: “Arqueologia e turismo”. In *1^{as} Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano* (s/l, s/d), 9-11.
- ALARCÃO, Adília M. e CORREIA, Virgílio Hipólito, 2004: “Conimbriga: investigação, salvaguarda e apresentação. Programas e projetos”. In Correia, Virgílio Hipólito (ed.) *Perspectivas sobre Conimbriga* (Lisboa, LAC/Ed. Âncora), 120-128.
- ALARCÃO, Pedro, 2006: “Conservação e valorização em Conimbriga. Projectos e obras.”. *Monumentos* 25, 208-213.
- ALARCÃO e Silva, Pedro Duarte Santos, 2009: Construir na ruína. A propósito da cidade romanizada de Conimbriga (Porto, Fac. Arquitetura, dissertação de doutoramento).
- ALMEIDA, Maria José e CARVALHO, António (eds.) 2011: *Actas do Encontro Arqueologia e Autarquias* (Cascais, Câmara Municipal).
- BUCCI, Maria Paula Dallari, 2006: *Direito Administrativo e Políticas Públicas* (São Paulo, Saraiva).
- BUGALHÃO, Jacinta, 2015: “Regulamento de Trabalhos Arqueológicos”. *Al-Madan* 2^a, 19, 40-48.
- CAMACHO, Clara Frayão, 2002: “Rede Portuguesa de Museus – um projecto em construção”. In *Actas do fórum internacional Redes de Museus* (Lisboa, IPM), 7-15.
- CORREIA, Virgílio Hipólito, 2002: “Conservação e musealização em Conimbriga: virtudes e dificuldades de duas abordagens conflituais”. In Silva, Fátima Matos (coord.) *Conservação e intervenção em sítios arqueológicos e monumentos históricos* (Porto/Paredes de Coura, Un. Portucalense/Câmara Municipal), 85-94.
- CORREIA, Virgílio Hipólito, 2008: “Conimbriga: oitenta anos de um projecto”. *Al-madan* 2^a, 16, 71-81.
- CORREIA, Virgílio Hipólito, 2009: “20 anos de Arqueologia e Museus”. *Arqueologia & História* 60-61, 45-52.
- CORREIA, Virgílio Hipólito, 2012a: “Incorporar, investigar e preservar o património arqueológico, em Portugal, hoje” (Porto, X^{as} Jornadas Nacionais do ICOM), disponível em http://icom-portugal.org/multimedia/Jornadas%202012_Virgilio%20Hipolito%20Correia.pdf, em 27/9/2017.
- CORREIA, Virgílio Hipólito, 2012b: “Os Museus de Arqueologia e os seus públicos”. *Arqueologia & História* 62-63, 153-160.
- CORREIA, Virgílio Hipólito e RUIVO, José, 2015: “Conimbriga: história, gestão e proteção de uma cidade romana”. *Arqueologia & História* 64-65, 141-152.

- LAKATOS, Imre, 1998: *História da ciência e das suas reconstruções racionais* (Lisboa, Ed. 70).
- LAKATOS, Imre, 1999: *Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica* (Lisboa, Ed. 70).
- NEVES, José Soares (coord.), 2019: Públicos do Museu Monográfico de Conimbriga – Museu Nacional (Lisboa, DGPC/ISCTE).
- QUEIRÓS, António, 2016: “A economia do património e o turismo”. *Cadernos de Sociomuseologia*, N.S. nº 7, p. 1-26, disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5492> , em 6/10/2017.
- RAPOSO, Jorge, 2001: “Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal”. *Al-Madan* 2ª, 10, 100-157.
- RAPOSO, Jorge, 2016: “Sítios arqueológicos portugueses revisitados”. *Al-Madan* 2ª, 20, 70-196.
- RAPOSO, Luís, 2002: “A acção do Museu Nacional de Arqueologia no estabelecimento de parcerias e sistemas cooperativos em rede”. In *Actas do fórum internacional Redes de Museus* (Lisboa, IPM), 91-108.
- RUIVO, José e CORREIA, Virgílio Hipólito, no prelo: “Um quarto de século de investigação arqueológica em Conimbriga”. In *IX Mesa Redonda sobre Lusitania Romana* (Madrid, MNAR/Casa de Velázquez).
- SILVA, António Manuel, S. P., 2016: “Que fazer a tantos cacos?”. *Al-Madan* 2ª, 20, 15-19.
- VALERA, António Carlos, 2007: “Arqueologia empresarial e produção de conhecimento”. *Al-Madan* 2ª, 15, 75-82.
- VICENTE, Eva, 2009: “Economia do Património”. In Fortuna, C. e Leite, R. P. (orgs.) *Plural de cidade: novos léxicos urbanos* (Coimbra, Almedina/CES), 225-244.